



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT

CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT
3ª CÂMARA DE JULGAMENTO

ATA DA 1ª (PRIMEIRA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DA 3ª CÂMARA DE
JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS

Aos 20 (vinte) dias do mês de julho do ano 2020 (dois mil e vinte), às 13h 30min. (treze horas e trinta minutos), após verificado o quórum regimental estabelecido no art. 52 do Regulamento Interno do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará (CRT-CE), e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 1ª (primeira) Sessão Ordinária Virtual da 3ª Câmara de Julgamento do CRT-CE, sob a Presidência do Dr. Francisco Wellington Ávila Pereira. Presentes à Sessão os Conselheiros Alexandre Mendes de Sousa, Felipe Augusto Araújo Muniz, Mikael Pinheiro de Oliveira, Lúcio Flávio Alves, Ricardo Ferreira Valente Filho e Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto. Também presente, o Representante da Procuradoria Geral do Estado, Dr. André Gustavo Carreiro Pereira. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge. Iniciada a sessão, O Sr. Presidente indagou aos Conselheiros se estes receberam as resoluções enviadas pela Secretária para apreciação e, se há necessidade de correção. Não havendo nenhuma observação por parte dos conselheiros, as resoluções referentes aos seguintes processos: nº - 1/3958/2017, 1/6098/2017, 1/4099/2018 (Conselheiro Lúcio Flávio Alves); 1/4309/2016, 1/3726/2017 (Conselheira Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto); 1/1768/2017, 1/6096/2017 (Conselheiro Alexandre de Mendes de Sousa); 1/6097/2017 (Conselheiro Felipe Augusto Araújo Muniz, foram aprovadas. **Passando-se à ORDEM DIA, foram anunciados os seguintes processos: Processo de Recurso Nº 1/4104/2017 – Auto de Infração nº 1/201705593. RECORRENTE: LEY MÓVEIS LTDA. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATOR: Conselheiro LÚCIO FLÁVIO ALVES. Decisão:** A 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso ordinário interposto e, em relação a **alegação de ofensa ao Princípio da Verdade Material**, suscitada pela parte, resolvem rejeitar, por unanimidade de votos, uma vez que a infração encontra se devidamente comprovada pelas peças acostadas aos autos. **QUANTO AS PRELIMINARES DE NULIDADE**, tomar as seguintes deliberações: **1- Quanto à nulidade por ausência do número do ato designatório no Termo de Início de**

Fiscalização (art. 821 do Dec. nº. 24.569/97- RICMS), resolvem afastar, por unanimidade de votos, uma vez que consta dos autos, às fl 07 (sete), o Mandado de Ação Fiscal nº 2016.15320, sendo este, o próprio ato designatório que autoriza a execução de ações fiscais;

2- Com relação a preliminar de nulidade suscitada sob o argumento de incompetência da autoridade que designou a ação fiscal (art. 821, § 5º, I e II do RICMS), afastada, por unanimidade de votos, sob o fundamento de que o Orientador da CESEC, no presente caso a autoridade contestada, tem competência plena legal para designar servidor fazendário para promover ação fiscal, nos termos do art. 821, § 5º do Decreto nº 24.569/97, combinado com art. 3º, § 1º, da Instrução Normativa 049/2011;

3- Da nulidade do Termo de Conclusão de Fiscalização – não consta o motivo das autuações e dispositivos legais infringidos – não consta base de cálculo e alíquota (Art. 822, II e III do RICMS), foi afastada, por unanimidade de votos, pois é mera inobservância de exigências formais que não constituem prejuízo à defesa e, nos autos, o agente fiscal fez exposição dos motivos que serviram de base para a autuação, os quais se encontram demonstrados nos autos;

4- Nulidade por ausência da base de cálculo e alíquota no corpo do Auto de Infração (art. 822, III, do RICMS), afastada por unanimidade de votos, uma vez que a base de cálculo e a alíquota constam, efetivamente, das peças que constituem o Auto de Infração;

5- Quanto à nulidade por ausência de assinatura do sujeito passivo no Termo de Conclusão de Fiscalização (art. 824 do RICMS), resolvem afastar, por unanimidade de votos, haja vista que as cópias do Auto de Infração em questão, foram entregues por Aviso de Recebimento (AR), às fl. 15 (quinze) dos autos, comprovando assim a ciência do autuado;

6- Quanto a preliminar de Nulidade por violação ao Princípio da Ampla Defesa e do Contraditório (art. 5º, LV, da CF), afastada, por unanimidade de votos, sob o entendimento que o auto de infração está claro quanto à infração denunciada e que o contribuinte não teve dúvida quanto ao fato que lhe é imputado, pois desde o início exerceu o seu direito de defesa, apresentando impugnação e recurso ordinário atacando os fatos que serviram de fundamento para a autuação, inexistindo, portanto, as hipóteses de nulidade arguidas pela recorrente;

7- Quanto a nulidade da decisão singular por ser genérica, afastada, por unanimidade de votos, haja vista que o julgador exerceu seu dever de apresentar motivação em todos os pontos aduzidos pela impugnante.

8- Com relação ao pedido de perícia formulado pela parte, foi afastado por unanimidade de votos, considerando que feito de forma genérica, sem apresentação de quesitos a serem analisados, ou seja, não atendendo ao disposto no art. 93, §1º e art. 97, inciso III, da Lei nº 15.614/2014.

No mérito, por unanimidade de votos, a 3ª Câmara, resolve negar provimento ao recurso interposto, e confirmar a decisão exarada em 1ª Instância **de PARCIALMENTE PROCEDENTE** do feito fiscal. Decisão nos termos do voto do Conselheiro Relator, de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, adotado pelo representante da Douta Procuradoria Geral do Estado.

Processo de Recurso Nº 1/4105/2017 – Auto de Infração nº 1/201705599. RECORRENTE: LEY MÓVEIS LTDA. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATOR: Conselheiro MIKAEL PINHEIRO DE OLIVEIRA. Decisão: A 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso ordinário interposto e, em relação **a alegação de ofensa ao Princípio da Verdade**

Material, suscitada pela parte, resolvem rejeitar, por unanimidade de votos, uma vez que a infração encontra-se devidamente comprovada pelas peças acostadas aos autos. **QUANTO AS PRELIMINARES DE NULIDADE**, tomar as seguintes deliberações: **1- Quanto à nulidade por ausência do número do ato designatório no Termo de Início de Fiscalização (art. 821 do Dec. nº. 24.569/97- RICMS)**, resolvem afastar, por unanimidade de votos, uma vez que consta dos autos, às fl. 07 (sete), o Mandado de Ação Fiscal nº 2016.15320, sendo este, o próprio ato designatório que autoriza a execução de ações fiscais; **2- Com relação a preliminar de nulidade suscitada sob o argumento de incompetência da autoridade que designou a ação fiscal (art. 821, § 5º, I e II do RICMS)**, afastada, por unanimidade de votos, sob o fundamento de que o Orientador da CESEC, no presente caso a autoridade contestada, tem competência plena legal para designar servidor fazendário para promover ação fiscal, nos termos do art. 821, § 5º do Decreto nº 24.569/97, combinado com art. 3º, § 1º, da Instrução Normativa 049/2011; **3- Da nulidade do Termo de Conclusão de Fiscalização – não consta o motivo das autuações e dispositivos legais infringidos – não consta base de cálculo e alíquota (Art. 822, II e III do RICMS)**, foi afastada, por unanimidade de votos, pois é mera inobservância de exigências formais que não constituem prejuízo à defesa e, nos autos, o agente fiscal fez exposição dos motivos que serviram de base para a autuação, os quais se encontram demonstrados nos autos; **4- Nulidade por ausência da base de cálculo e alíquota no corpo do Auto de Infração (art. 822, III, do RICMS)**, afastada por unanimidade de votos, uma vez que a base de cálculo e a alíquota constam, efetivamente, das peças que constituem o Auto de Infração; **5- Quanto à nulidade por ausência de assinatura do sujeito passivo no Termo de Conclusão de Fiscalização (art. 824 do RICMS)**, resolvem afastar, por unanimidade de votos, haja vista que as cópias do Auto de Infração em questão, foram entregues por Aviso de Recebimento (AR), às fl. 15 (quinze) dos autos, comprovando assim a ciência do autuado; **6- Quanto a preliminar de Nulidade por violação ao Princípio da Ampla Defesa e do Contraditório (art. 5º, LV, da CF)**, afastada, por unanimidade de votos, sob o entendimento de que o auto de infração está claro quanto à infração denunciada e que o contribuinte não teve dúvida quanto ao fato que lhe é imputado, pois desde o início exerceu o seu direito de defesa, apresentando impugnação e recurso ordinário atacando os fatos que serviram de fundamento para a autuação, inexistindo, portanto, as hipóteses de nulidade arguidas pela recorrente; **7- Quanto a nulidade da decisão singular por ser genérica**, afastada, por unanimidade de votos, haja vista que o julgador exerceu seu dever de apresentar motivação em todos os pontos aduzidos pela impugnante. **8- Com relação ao pedido de perícia** formulado pela parte, foi afastado por unanimidade de votos, considerando que feito de forma genérica, sem apresentação de quesitos a serem analisados, ou seja, não atendendo ao disposto no art. 93, §1º e art. 97, inciso III, da Lei nº 15.614/2014. **No mérito**, por unanimidade de votos, a 3ª Câmara, resolve negar provimento ao recurso interposto, e confirmar a decisão exarada em 1ª Instância de **PARCIALMENTE PROCEDENTE** do feito fiscal. Decisão nos termos do voto do Conselheiro Relator, de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, adotado pelo representante da DOUTA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO. **Processo de Recurso Nº 1/121/2017 – Auto de Infração nº 1/201623273. RECORRENTE: VERDE VALE**

IRRIGAÇÃO. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATOR: Conselheiro MIKAEL PINHEIRO DE OLIVEIRA. Decisão: Resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso interposto, dar-lhe provimento e, também, por unanimidade de votos, modificar a decisão singular de parcial procedente da ação fiscal, para declarar a **EXTINÇÃO** processual, em razão da decadência do lançamento do crédito tributário, arguida em sessão pelo Relator Conselheiro Mikael Pinheiro de Oliveira, considerando que o fato gerador ocorreu em janeiro e fevereiro de 2011 e, a ciência do Auto de Infração se deu em 17 de novembro de 2016, eis que decorrido o prazo previsto no § 4º, do art. 150 do CTN, ou seja, 5 anos contados da ocorrência do fato gerador. Decisão nos termos do voto do Conselheiro Relator, em desacordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, adotado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. **Processo de Recurso Nº 1/122/2017 – Auto de Infração nº 1/201623531. RECORRENTE: VERDE VALE IRRIGAÇÃO. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATOR: Conselheiro RICARDO FERREIRA VALENTE FILHO. Decisão:** Resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário e deliberar nos seguintes termos: **1. Em relação às preliminares suscitadas pela parte, a saber: 1.1. Quanto ao enquadramento da empresa no Sistema Simples Nacional**, suscitada pela parte, afastam, por unanimidade de votos, por entenderem que não compete a este Colegiado decidir na matéria; **1.2. Quanto a preliminar de nulidade suscitada sob a alegação de ocorrência de bis in idem, uma vez que, segundo a Recorrente, foi lavrado outro Auto de Infração, de nº 201623273, com aplicação de multa da mesma natureza do Auto de Infração sob análise** – afastada por unanimidade de votos, tendo em vista que o auto de infração citado, de nº 201623273, trata de obrigação principal, enquanto que o presente auto de infração versa sobre obrigação acessória e, as multas aplicadas nos processos não incidem sobre o mesmo fato tido como infracional, não existindo, portanto, a ocorrência de bis in idem. **No mérito**, a 3ª Câmara, resolve por unanimidade de votos, dar parcial provimento ao Recurso interposto, confirmando a decisão exarada em 1ª instância pela parcial procedência, mas com a redução da base de cálculo do lançamento do crédito tributário, adotado no Parecer da Assessoria Processual Tributária. Decisão nos termos do voto do Conselheiro Relator, em conformidade com o Parecer da Assessoria Processual Tributária e, de acordo com a manifestação proferida oralmente em sessão pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. **Assuntos Gerais: I - Distribuição de Processos.** Anote-se para fins de registro e publicidade que a Secretaria da 3ª Câmara recebeu, em 02/06/2020, da Célula de Assessoria Processual Tributária – CEAPRO, e distribuiu aos conselheiros os seguintes processos: nº - 1/2017/2018, 1/5449/2017, 1/2607/2018 (Cons. Alexandre Mendes de Souza); 1/1880/2018, 1/5450/2017, 1/2608/2018 (Cons. Felipe Augusto Araújo Muniz); 1/1881/2018, 1/5451/2017 (Cons. Lúcio Flávio Alves); 1/121/2017, 1/1693/2017, 1/2516/2017 (Cons. Mikael Pinheiro de Oliveira); 1/122/2017, 1/1723/2017, 1/2603/2018 (Cons. Ricardo Ferreira Valente Filho); 1/2016/2018, 1/3785/2017, 1/2604/2018 (Cons. Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto).

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, tendo antes convocado os membros da Câmara a participarem da próxima sessão ordinária virtual, a realizar-se no dia 21 (vinte e um) de julho do corrente ano, às 13h30min. (treze horas e trinta minutos). E para constar, eu, Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge, Secretária da 3ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pelo Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

Francisco Wellington Ávila Pereira
PRESIDENTE DA 3ª CÂMARA

Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge
SECRETÁRIA DA 3ª CÂMARA